



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANEXO ÚNICO

PLANO DE TRABALHO – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CGU/ABIN Nº 30/2025

1. DADOS CADASTRAIS

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO:

CNPJ: 26.664.015/0001-48.

Endereço: Setor de Autarquias Sul - SAUS, Quadra 05, Bloco A, Edifício MultiBrasil, Brasília, Distrito Federal

CEP: 70.070-050.

Contato telefônico: (61) 2020-7000.

Correio eletrônico: secretaria.executiva@cgu.gov.br.

Esfera Administrativa Federal.

Nome do responsável: Eveline Martins Brito.

Matrícula SIAPE: 1216897

Cargo/função: Secretária-Executiva.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN:

CNPJ: 09.399.736/0001-59

Endereço: Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Bloco A, Brasília/DF

CEP: 70.610-905.

Contato telefônico: (61) 3445-9000

Correio eletrônico: chgab@abin.gov.br

Esfera Administrativa Federal.

Nome do responsável: Luiz Fernando Corrêa

Matrícula: 1162523

Cargo/função: Diretor-Geral

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por intermédio da Controladoria-Geral da União - CGU, e a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

Processo nº 00190.100698/2020-24, 00091.104493/2019-01

Data da assinatura: data da assinatura eletrônica.

Início: novembro/2025

Término: agosto/2030

O presente Plano de Trabalho acordado entre ABIN e CGU, elaborado nos termos do art. 5º e art. 184 da Lei nº 14.133/2021, contempla o objeto a ser executado, as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução, bem como a previsão de início e de fim de execução do objeto, de atingimento das metas, e de realização das etapas e das fases.

3. DIAGNÓSTICO

O intercâmbio de conhecimento e dados entre Controladoria-Geral da União - CGU e a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, visa o fortalecimento da cooperação e a integração entre as instituições, através do compartilhamento de dados e oferecimento de vagas em capacitações que sejam úteis e oportunos ao cumprimento das competências dos órgãos.

Nesse sentido, conforme reunião realizada entre os partícipes, a cooperação entre os órgãos seria de grande valia e contribuiria para o bom cumprimento das atribuições institucionais dos órgãos.

4. ABRANGÊNCIA

O Acordo de Cooperação Técnica abrangerá todo o território nacional.

O público-alvo da parceria inclui servidores públicos e gestores, visando o fortalecimento da capacidade de prevenção e detecção de irregularidades e capacitação técnica e institucional dos órgãos.

5. JUSTIFICATIVA

A presente parceria conferirá maior capacidade técnica às atividades fins dos órgãos envolvidos e, consequentemente, à gestão dos recursos públicos e a melhoria da Administração pública, além de contribuir para atuação coordenada da atividade de inteligência por meio da transferência de dados, tecnologias, conhecimentos e do compartilhamento de informações constantes de bases de dados.

Utilizando-se do presente instrumento, os órgãos signatários poderão aprimorar as ações que auxiliem no cumprimento de suas competências, de forma mais eficiente.

6. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

I - Objetivo geral: fortalecer as capacidades estatais da CGU e ABIN em suas áreas de competência, por meio do compartilhamento de sistemas informatizados e bases de dados e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências.

II - Objetivos específicos:

1. Colaboração entre os órgãos visando a transferência de conhecimento acerca dos mais variados assuntos relacionados aos seus respectivos âmbitos de atuação.

2. Promover o compartilhamento específico de dados entre as instituições partícipes, quando se tratar de dados protegidos por sigilo, nos termos da legislação, com concessão de acesso a órgãos e entidades específicos, nas hipóteses e para os fins previstos em lei, cujo compartilhamento e regras sejam definidos pelo gestor de dados.

3. Estabelecer a cooperação para o aprendizado contínuo nas instituições partícipes em temas de interesse mútuo, por meio de capacitações.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Reuniões de estudo e aprofundamento do objeto deste Acordo realizar-se-ão em datas ajustadas pelas partes, que definirão o local, o horário e a duração de tais eventos, bem como a participação de terceiros.

A CGU e o ABIN darão o apoio logístico necessário às reuniões quando realizadas em suas respectivas dependências.

As etapas e fases de execução serão deliberadas, programadas e levadas a termo em conjunto, por meio de tantos protocolos de execução quanto necessários, neles registradas as obrigações de cada parte.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Abaixo está indicada a unidade, de cada partícipe, responsável pelo acompanhamento deste Acordo de Cooperação Técnica:

I - Na CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO:

a) Unidade Responsável: Diretoria de Informações Estratégicas (DIE/SE/CGU)

b) Gestores deste Acordo de Cooperação Técnica: Titulares das Unidades Responsáveis na Controladoria-Geral da União (die@cgu.gov.br)

II – Na AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN:

a) Unidade Responsável: Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

b) Gestor deste Acordo de Cooperação Técnica: Titulares da Unidade Responsável

9. RESULTADOS ESPERADOS

Entre os resultados esperados deste Acordo de Cooperação Técnica, destacam-se os seguintes:

a) ampliação do acesso dos partícipes a informações qualificadas, aprimorando a execução de atividades exercidas pelas partes;

b) redução do tempo necessário para produção de análises gerenciais, regulatórias, de fiscalização e de controle realizadas pelos partícipes;

c) A cooperação entre os partícipes nas áreas de controle interno, inteligência, investigação e segurança orgânica; e

d) Promoção de cursos, palestras e outros eventos de treinamento relativos às respectivas áreas de atuação das partes, com vistas ao intercâmbio de experiências e conhecimentos.

10. PLANO DE AÇÃO

Eixos		Ação	Responsável	Prazo	Situação
1	Capacitação	Divulgação anual do calendário de cursos realizados pelos órgãos	ABIN e CGU	Ação de caráter permanente	Pendente
		Comunicação dos cursos de interesse	ABIN e CGU	Ação de caráter permanente	Pendente

		Capacitação dos agentes públicos em exercício nos órgãos, nos cursos de interesse, conforme disponibilidade de vagas	ABIN	Ação de caráter permanente	Pendente
2	Inteligência	Compartilhamento de dados para a Atividade de Inteligência mediante acesso a sistemas	ABIN e CGU	Ação de caráter permanente	Pendente
		Prospecção e implantação de novas tecnologias, metodologias ou bases de dados para o compartilhamento de dados para a Atividade de Inteligência	ABIN e CGU	Ação de caráter permanente	Pendente
		Aplicação de CMVT em ambientes sensíveis das instalações da CGU no contexto de ações de proteção do conhecimento sensível	ABIN	Sob demanda	Pendente
3	Governança	Realização de reuniões periódicas, conforme a disponibilidade dos partícipes, para avaliação do cumprimento das ações e proposição de eventuais ajustes	ABIN e CGU	Ação de caráter permanente	Pendente

Brasília/DF, 12 de dezembro de 2025.

Eveline Martins Brito

Secretária-Executiva da Controladoria-Geral da
União

Luiz Fernando Corrêa

Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência

Testemunhas:

Nome: Marcelo de Farias Goulart

Matrícula: 1363392

Nome: Taiane Baptista Gonçalves de Oliveira

Matrícula: 1324045



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Corrêa, Usuário Externo**, em 12/12/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EVELINE MARTINS BRITO, Secretária-Executiva**, em 12/12/2025, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **TAIANE BAPTISTA GONCALVES DE OLIVEIRA, Auditora Federal de Finanças e Controle**, em 15/12/2025, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FARIAS GOULART, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 23/12/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3865645 e o código CRC 010340AA

0.1.

Referência: Processo nº 00190.100698/2020-24

SEI nº 3865645